

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA
CATARINA**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015**

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos déficits/superávits

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos déficits/superávits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, para o qual emitimos relatório datado de 20 de abril de 2015 com ressalva relativa à ausência de suporte apropriado para as rubricas de imobilizado e intangível, a qual foi solucionada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de maio de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 -S- SC

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 -S- SC

Dioclécio Oechsler
Contador CRC SC 23.520/O-9

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimonio líquido			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.257.102	3.049.169	Fornecedores		1.458.774	819.980
Anuidades a receber	5	2.195.513	3.131.882	Empréstimos e financiamentos	11	4.340.486	1.619.284
Defensoria dativa a receber	6	1.114.704	470.944	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.947.904	1.788.405
Outros créditos	7	1.164.635	382.912	Obrigações estatutárias	13	1.776.780	2.847.464
Total do ativo circulante		8.731.954	7.034.907	Anuidades a realizar	14	4.264.443	2.216.509
				Outras obrigações		222.692	140.957
				Total do passivo circulante		14.011.079	9.432.599
Não circulante				Não circulante			
Anuidades a receber	5	189.032	513.623	Empréstimos e financiamentos	11	6.233.144	1.832.871
Investimentos	8	220.428	218.013	Provisão para contingências	15	1.469.455	1.322.255
Imobilizado	9	60.311.183	53.464.627			7.702.599	3.155.126
Intangível	10	413.777	426.175				
Total do ativo não circulante		61.134.420	54.622.438	Patrimônio social	16		
				Patrimonio social		48.152.696	49.069.620
				Total do patrimônio social		48.152.696	49.069.620
Total do ativo		69.866.374	61.657.345	Total do passivo e patrimônio social		69.866.374	61.657.345

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos superávits

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita operacional líquida	19	26.374.057	23.219.572
Receitas (despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias		(6.491.991)	(6.550.647)
Despesas administrativas		(28.848.158)	(28.036.574)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	9.250.547	6.287.151
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>284.455</u>	<u>(5.080.498)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	(1.201.379)	(440.028)
Déficit do exercício		<u>(916.924)</u>	<u>(5.520.526)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	54.590.146	54.590.146
Déficit do exercício	(5.520.526)	(5.520.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	49.069.620	49.069.620
Déficit do exercício	(916.924)	(916.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.152.696	48.152.696

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
(Déficit) do exercício	(916.924)	(5.520.526)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	147.200	(78.724)
Depreciação/amortização	1.684.069	809.173
Anuidades a receber	914.345	(4.790.077)
Redução (aumento) nos ativos:		
Anuidades a receber	1.260.961	221.398
Defensoria dativa a receber	(643.760)	6.935.575
Outros créditos	(781.723)	(127.749)
	(164.522)	7.029.224
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	638.794	214.677
Obrigações sociais e trabalhistas	159.499	537.862
Obrigações estatutárias	(1.070.684)	(352.374)
Anuidades a realizar	2.047.934	(1.103.982)
Outras obrigações	81.735	122.995
	1.857.278	(580.822)
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	2.607.101	1.658.325
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Aumento em investimentos	(2.414)	(57.670)
Aumento no imobilizado/intangível	(8.518.229)	(4.352.397)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(8.520.643)	(4.410.067)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	7.121.475	(254.119)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	7.121.475	(254.119)
Aumento (redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.207.933	(3.005.861)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.049.169	6.055.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.257.102	3.049.169
Aumento (redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.207.933	(3.005.861)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)**

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 06 de Maio de 2016 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o déficit abrangente do exercício e o déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.1. Reapresentação exercício anterior (2014)

Em atendimento ao pronunciamento CPC 23, a Entidade efetuou correções nos saldos relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são demonstrados abaixo:

Conta	Nota	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa e Equivalentes de Caixa	a	3.034.758	14.411	3.049.169
Anuidades a receber	b	3.023.690	108.192	3.131.882
Imobilizado	c	25.373.687	28.090.940	53.464.627
Intangível	d	423.805	2.370	426.175
Totais Ajustes Ativo			28.215.913	
Fornecedores	e	810.386	9.594	819.980
Patrimônio social	f	20.863.302	28.206.318	49.069.620
Total dos Ajustes Passivo			28.215.912	

- Ajuste nos saldos bancários e caixa das subseções, que estavam registradas incorretamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- Correção dos valores de anuidades de exercícios anteriores a receber;
- Reconhecimento dos efeitos de adoção do custo atribuído, conforme divulgado na nota explicativa 09;
- Correção do Intangível de acordo com levantamento patrimonial elaborado pela Brasão Sistemas.
- Inclusão do saldo de fornecedor Fundo de Materiais P e Impressos Oficiais, o qual não havia sido apropriado adequadamente no exercício anterior,
- Reflexo dos ajustes acima citados, nesta conta consta a diferença entre os ajustes do ativo e do passivo.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

3.2. Anuidades e defensoria dativa a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. A provisão é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Ativo imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao impairment test.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

3.9. Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

3.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa seccional	3.892	3.668
Caixa subseções	26.958	53.494
Bancos conta movimento seccional	1.282.691	609.140
Bancos conta movimento subseções e filiais	213.308	309.241
Bancos conta poupança	166.699	190.953
Aplicações financeiras	2.563.554	1.882.673
	<u><u>4.257.102</u></u>	<u><u>3.049.169</u></u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Anuidades a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Anuidades a receber - exercício corrente	3.556.245	3.668.535
Anuidades a receber - exercícios anteriores	7.861.979	7.792.037
Infrações disciplinares e eleitorais	369.456	438.667
(-) Provisão para perdas	(9.403.135)	(8.253.733)
	<u>2.384.545</u>	<u>3.645.506</u>
Circulante	2.195.513	3.131.882
Não circulante	189.032	513.624

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

Os cálculos da estimativa de perdas de créditos são obtidos pela aplicação do percentual de 70% do total de créditos do exercício e 70% do total dos créditos de exercícios anteriores. Os percentuais de inadimplência foram calculados baseados na média histórica de recebimentos passados e na proposta orçamentária do exercício, na qual a Entidade espera recuperar 30% de créditos em atraso.

Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	(8.253.733)	(9.999.446)
Adições	(1.149.402)	(2.567.975)
Exclusões	-	4.313.688
	<u>(9.403.135)</u>	<u>(8.253.733)</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

6. Defensoria Dativa a receber

Demonstramos abaixo a movimentação da conta:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	470.944	7.406.519
Recebimentos	-	(6.969.854)
Apropriação do exercício	643.760	34.279
Saldo final	<u>1.114.704</u>	<u>470.944</u>

7. Outros créditos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamentos a subseções	283.747	159.711
Adiantamento a empregados	255.981	197.320
Repasse estatutário a Apropriar (a)	521.290	-
Créditos diversos	103.617	25.881
	<u>1.164.635</u>	<u>382.912</u>

(a) O montante a receber registrado na rubrica repasse estatutário a apropriar é decorrente das anuidades relativas ao exercício de 2016 recebidas antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

8. Investimentos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cotas OABCred	206.159	206.159
Sicoob Cota 3033/16020-5 Joaçaba	35	35
Sicoob Cota 3326/870056-7 Chapecó	1.973	1.973
Sicoob Cota 3326/87009-9 Joinville	7.551	7.551
Sicoob Cota Maxicrédito 67.177-0	3.168	1.160
Viacred Cota 366.542-9 Timbó	1.542	1.135
Total de Investimentos	<u>220.428</u>	<u>218.013</u>

9. Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR-14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Considerações das inspeções técnicas:

1. Vistoria
2. Títulos de propriedade e outros documentos
3. Caracterização do local
4. Avaliação das benfeitorias e instalações
5. Valor total das benfeitorias e instalações
7. Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens
8. Conclusão
9. Anexos

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, conforme mencionado na nota explicativa 2, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a composição do imobilizado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Biblioteca	106.960	106.960
Terrenos	22.493.400	23.023.500
Móveis e utensílios	3.549.010	3.123.408
Obras de arte	230	230
Direito de uso de telefone		8.565
Edifícios	18.065.738	18.395.700
Obras em andamento	11.534.113	3.560.586
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.794.990	3.153.300
Máquinas e equipamentos	1.515.862	1.459.747
Equipamentos de informática e Software	1.245.784	1.083.839
Veículos	266.541	305.089
(-) Depreciação acumulada	<u>(2.261.445)</u>	<u>(756.297)</u>
	<u><u>60.311.183</u></u>	<u><u>53.464.627</u></u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação do Imobilizado para o exercício de 2015:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2014	Aquisições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Biblioteca	106.960	-	-	-	106.960
Terrenos	23.023.500	-	-	(530.100)	22.493.400
Móveis e utensílios	3.123.408	468.286	-	(42.684)	3.549.010
Obras de arte	230	-	-	-	230
Direitos de uso telefone	8.565	-	-	(8.565)	-
Edifícios	18.395.700	108.330	750.308	(1.188.600)	18.065.738
Obras em andamento	3.560.586	9.350.542	(1.360.897)	(16.118)	11.534.113
Máquinas e equipamentos	1.459.747	98.737	-	(42.622)	1.515.862
Equipamentos informática	1.083.839	209.757	-	(47.812)	1.245.784
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	3.153.300	31.101	610.589	-	3.794.990
Veículos	305.089	-	-	(38.548)	266.541
Totais	54.220.924	10.266.753	-	(1.915.049)	62.572.628

Demonstramos abaixo a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2015:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2014	Encargos	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Móveis e utensílios	(302.362)	(328.192)	6.402	(624.152)
Edifícios	-	(682.345)	32.727	(649.618)
Máquinas e equipamentos	(134.971)	(152.045)	6.160	(280.856)
Equipamentos informática	(243.200)	(231.478)	12.821	(461.857)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	-	(114.629)	-	(114.629)
Veículos	(75.764)	(74.321)	19.752	(130.333)
Totais	(756.297)	(1.583.010)	77.862	(2.261.445)

A Administração da Entidade analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. O teste de recuperação dos ativos é realizado anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

10. Intangível

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Direito de uso de softwares	553.913	472.313
(-) Amortização acumulada	(140.136)	(46.138)
	<u>413.777</u>	<u>426.175</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquida:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2015</u>
Direito de uso de sistemas	426.175	81.600	-	(93.998)	413.777
	<u>426.175</u>	<u>81.600</u>	<u>-</u>	<u>(93.998)</u>	<u>413.777</u>

Análise do valor recuperável de ativos

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período findo em 31 de dezembro de 2015, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

11. Empréstimos e financiamentos

	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
OabCred	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m	1.506.550	1.718.400
Badesc	Capital de giro	TJLP + 12,8% a.a	835.525	1.118.426
Badesc - Obra Joinville	Capital de giro	TJLP + 6,1% a.a	4.023.323	
Bancoob	Capital de giro	CDI + 0,22% a.m	963.217	
Sicoob Maxi Maxi Alfa	Capital de giro	1,92% a.m.	2.000.000	615.329
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	1.41% a.m	180.153	
Santander	Capital de giro	1,54% a.m	1.064.862	
			<u>10.573.630</u>	<u>3.452.155</u>
Circulante			4.340.486	1.619.284
Não circulante			6.233.144	1.832.871

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários a pagar	366.610	395.016
Provisão de férias	938.465	922.625
Pensão alimentícia	1.160	1.221
Sindicato	63	63
Empréstimos de funcionários a repassar	7.690	7.319
FGTS a pagar	84.889	79.320
INSS a recolher	436.827	251.991
PIS a recolher	14.250	13.748
IRRF - assalariados	60.666	68.275
IRRF - serviços de autônomos	2.065	3.603
IRRF sobre serviços prestados PJ	1.705	3.622
ISS	12.732	26.249
CSRF	20.783	15.353
	<u><u>1.947.904</u></u>	<u><u>1.788.405</u></u>

13. Obrigações estatutárias

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cota estatutária Conselho Federal	908.604	855.138
Cota estatutária CAASC	517.275	1.828.763
Cota estatutária FIDA	285.966	89.351
Parcelamento FIDA	64.935	74.212
	<u><u>1.776.780</u></u>	<u><u>2.847.464</u></u>

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	<u>Percentual</u>
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	<u>40%</u>
Percentual de repasse à CAASC	<u>20%</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

14. Anuidades a realizar

Em dezembro de 2015 foram recebidas 5.524 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2016, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício de 2016. Dessa forma, o montante das Anuidades de 2016 recebidas em cota única durante o mês de dezembro de 2015 totalizou R\$ 5.399.167 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 1.134.724, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 4.264.443. Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2016 em atendimento ao princípio da competência contábil.

15. Provisões e passivos contingentes

A Entidade é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de sua operação e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para contingências:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	1.322.255	1.400.979
Adições	148.424	-
Exclusões	(1.224)	(78.724)
	<u>1.469.455</u>	<u>1.322.255</u>

16. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

17. Seguros (não auditado)

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

18.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, anuidades a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

18.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela tesouraria.

A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

18.4. Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

19. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Entidade apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Anuidades de advogados	22.600.464	19.779.303
Aluguéis	677.304	767.052
Taxas e emolumentos	3.096.289	2.673.217
	<u>26.374.057</u>	<u>23.219.572</u>

20. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Inscrições em Eventos	75.736	57.709
Receitas Exame de Ordem	1.052.640	606.600
Receitas de Fotocópias	1.540.080	2.038.213
Contribuições Voluntárias	12.731	132
Patrocínio para Eventos	320.017	339.448
Receita de Cursos/Treinamentos	50.884	18.779
Receita Esa	183.130	155.381
Receita com Bailes	52.901	35.000
Receitas Conferências	1.615	253.355
Receita Sede Balneária	162.567	188.036
Receita Pousada	23.795	50.887
Receita Evento Feijoada	52.710	38.250
Receita Auxílios Financeiros	5.089.230	500.000
Reversão de Provisão Créd. Líq. Duvidosa	48.448	1.745.714
Receita Defensoria Dativa	643.761	34.279
Receitas Diversas	278.587	255.011
Outras receitas	<u>9.588.832</u>	<u>6.316.794</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo Alienação Ativo Imobilizado	(285.252)	(29.643)
Perda/Quebra Ativo Imobilizado	(53.033)	-
Outras despesas	<u>(338.285)</u>	<u>(29.643)</u>
Total líquido	<u>9.250.547</u>	<u>6.287.151</u>

21. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Rendimentos aplicações financeiras	284.645	500.078
Descontos obtidos	2.678	2.160
Receita atualização Selic	1.172	-
Receitas financeiras	<u>288.495</u>	<u>502.238</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Encargos s/ empréstimos	(1.037.167)	(364.024)
Despesas bancárias	(87.556)	(436.138)
IRRF s/ aplicações	(3.721)	(2.199)
Juros e multas	(26.651)	(1.541)
Despesas com cobranças	(334.779)	(132.094)
Descontos financeiros concedidos	-	(6.270)
Despesas financeiras	<u>(1.489.874)</u>	<u>(942.266)</u>
Total líquido	<u>(1.201.379)</u>	<u>(440.028)</u>